

Allegro de Magalhães, mostra: «[...] tanto em *O Ângulo Raso*, como em *A Gata e a Fábula*, mas sobretudo em *Calendário Privado*, encontramos [...] «um tempo sem direcção clara, multifacetado e multidireccional, onde passado e futuro se misturam no presente, presente esse que sempre é vivido ou na memória do que foi ou na expectativa do que há-de ser»» (Almeida, 2005: 104). Saliente-se que, não obstante a complexidade da organização temporal das obras, encontramos, neste capítulo, uma análise clara e elucidativa dos processos utilizados por F. Botelho que facilita a compreensão das respectivas obras a todo género de leitores.

O último capítulo, o V, ao contrário dos anteriores, só deixa deduzir alguma forma de proximidade entre os três romances através do título genérico «A angústia do pós-guerra e a libertação final», dado que os subtítulos «Indiferença versus sentimentalismo», «Rompimento» e «Canto da cotovia» não apresentam, pelo menos de forma explícita como nos precedentes, nenhum traço comum. Esse traço, no entanto, existe e traduz-se, como salienta a autora, na «libertação» das protagonistas «de tudo aquilo que as oprime e sufoca». A diferença reside, conforme a análise feita por Joana Almeida deixa perceber, apenas na forma (e no percurso efectuado também) através da qual cada uma das protagonistas conseguiu alcançar, no universo diegético, a liberdade, ou emancipação, tão desejada.

Antes de terminar, dedico ainda uma breve palavra à conclusão apenas para salientar a demarcação que a autora ali faz das características literárias que separam a escritora F. Botelho das outras suas contemporâneas, para além de dar uma visão de conjunto das linhas orientadoras do estudo analítico que efectuou.

Finalmente, e após esta minha resumida apreciação do trabalho de Joana Almeida, justifico com palavras da própria autora a razão pela qual mencionei, logo no início, como uma das virtualidades deste estudo a escolha do *corpus* de análise: «[...] [o] *Calendário Privado* e *A Gata e a Fábula* [são] romances que, embora possuam características diferentes e contem histórias diferentes, [...] assemelham[-se] bastante a *O Ângulo Raso*. Com efeito, retratam, todos eles, a juventude universitária, sobre a qual paira uma nuvem de angústia trazida pelo pós-guerra, da qual tentam, e conseguem, libertar-se, o que leva alguns críticos a sugerir tratar-se de uma trilogia» (Almeida, 2005: 38).

Isabel Alexandra Correia Marques

O HISSOPE. POEMA HERÓI-CÓMICO

ANTÓNIO DINIS DA CRUZ E SILVA

(Edição crítica de Ana María García

Martín e Pedro Serra)

Coimbra, Angelus Novus, 2006

O presente livro visa preencher uma das lacunas mais nítidas no campo bibliográfico português, satisfazendo

os requisitos de entrada na colecção «Obras Clássicas da Literatura Portuguesa». Trata-se de uma colecção singular, agora com dez anos, lançada pelo Ministério da Cultura/Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas e que tem por objectivo acolher novas edições de obras de relevo patrimonial, indisponíveis no mercado livreiro ou apenas acessíveis por meio de trabalhos que representam de modo menos satisfatório as obras em questão. Estes três requisitos encontram-se preenchidos pela edição de Ana Maria Garcia Martín e Pedro Serra em medida mais ou menos evidente: 1) no século mais obscuro da nossa história literária, *O Hissope* avulta como singular representante de uma forma de literatura, o poema herói-cómico, que o tem projectado à condição de obra canónica; 2) embora existam edições relativamente recentes deste texto, como a que veio a lume em 1987 organizada por M. Tavares, o verdadeiro antecedente deste trabalho (e até certo ponto seu interlocutor principal) é a fixação proposta em 1879 por José Ramos Coelho, uma edição até agora sem par no que tem de recensão e colação testemunhal e na apresentação dos resultados destas operações; 3) finalmente, a edição em apreço supera insuficiências de edições anteriores.

Sendo este último requisito o que pede explicação menos rapsódica, concentro-me nele a partir de agora. Segundo os editores o trabalho que realizaram é «a melhor edição possível em função dos documentos que nos legam a histó-

ria e os avatares do poema» (p. XIV). Embora esta definição diga respeito, em primeiro lugar, a uma realização contingente, ela aponta na direcção de um modelo cuja identificação aparece numa discreta nota na p. CXLV. É aí que surge a indicação do que é supletivo e do que é *sui generis* na edição de um clássico (e recorde-se, de novo, a colecção a que pertence este *Hissope*) pelas palavras de uma autoridade na matéria: «Porque la edición de un clásico puede contener muchas cosas de valor (...) pero de hecho ninguna de ellas es imprescindible ahí, ninguna es inherente al género ‘edición’ (...) salvo un buen texto, *el mejor texto posible*, y los datos necesarios para que el experto pueda aprobarlo o emendarlo paso por paso». Esta afirmação, produzida por Francisco Rico a pretexto da edição que dirigiu do *Quijote*, poderia conduzir ao entendimento de que numa edição de um clássico a apresentação do texto se basta a ela própria, mas essa seria uma leitura equivocada, como se prova tanto pela leitura da edição da obra de Cervantes da responsabilidade de Francisco Rico, como pela leitura desta edição d’*O Hissope*.

O juízo «o melhor texto possível» só ganha solidez na condição de antes, depois e ao lado do texto serem fornecidos instrumentos ao leitor interessado que lhe permitam aprová-lo e emendá-lo lição a lição. De outro modo, «o melhor texto possível» constitui avaliação solipsista em causa própria. Precisamente por esta razão, algumas «coisas» na aparência distantes do objectivo

de fornecer «o melhor texto possível» são-lhe necessárias. Entre elas encontramos, no livro em apreço, os quatro capítulos introdutórios, sobre: a tradição manuscrita da obra, a sua tradição impressa, as diferentes versões d'*O Hissope* e uma proposta de interpretação do texto. Mesmo esta última, que, numa leitura restritiva das palavras de Francisco Rico, constituiria talvez um ótimo exemplo de uma reflexão hetero-editorial, é pertinente. Com efeito, é na proposta de interpretação que, de modo mais nítido, se faz a articulação entre a escolha do texto-base (um manuscrito – numa época, note-se, em que é possível falar de publicação através de cópias manuscritas) e o tipo de circulação associável ao *genus* herói-cómico: «O texto circula entre «amigos», inserido numa «publicidade» distinta daquela que é configurada pelo impresso» (p. CXXXVI).

Pelos outros capítulos, mais próximos do que convencionalmente se entende por edição, o leitor fica inteirado acerca da complexa e copiosa transmissão d' *O Hissope*. Desde o início, também, nem a quantidade de testemunhos, nem a complexidade da circulação do texto tiram protagonismo a um documento, justamente alçado pelos editores à condição de fornecedor do texto-base – gesto até agora inédito e aplicação de um programa sugerido por Teófilo Braga na sua *História da Literatura Portuguesa* (p. LII). Trata-se de uma cópia manuscrita idiográfica, com correções autógrafas de António

Dinis da Cruz e Silva: o ms. 50-I-23 da Biblioteca da Ajuda. Este dado reveste-se de particular importância porque não é implausível que cópias com estas características tenham um grau menor de corrupção do que têm testemunhos autógrafos: nestes o autor reparte a sua atenção por tarefas criativas e tarefas de transcrição, sendo com frequência mais proficiente naquelas do que nestas. Numa cópia idiográfica, a tarefa de verificação pode ser conduzida de maneira mais concentrada, de onde resulta uma maior probabilidade de fidelidade textual.

A vasta tradição manuscrita e impressa no âmbito da qual avulta este testemunho foi recenseada e estudada na presente edição como até agora não acontecera. Mesmo que o trabalho em análise não tenha sido elaborado de acordo com todos os testemunhos conhecidos d'*O Hissope*, não é muito provável que os dados resultantes da colação integral de 26 testemunhos e parcial de outros 25 venham a ser substancialmente alterados pela atenção que puder ser dada a uns poucos documentos que ficaram de fora (cf. pp. XIV-XV). Apesar de esta ser uma edição feita em função da maior parte «dos documentos que nos legam a história e os avatares do poema», nunca foram reunidos para análise tantos testemunhos desta obra de Cruz e Silva. A massa documental em apreço forneceu condições especialmente favoráveis para ser feita uma reavaliação da cronologia, da sequência das diferentes versões do

poema e dos efeitos que uma tal reavaliação pode ter quanto ao texto a fixar.

Apesar de se conservarem diferentes versões d' *O Hissope* (de 6, 7, 8 e 9 cantos) quase todas indubitavelmente atribuíveis a António Dinis da Cruz e Silva, os editores tomaram a decisão de fornecer um único texto. A opção, compreensível na medida em que estão condicionados pelo suporte «livro», implicou que tivesse sido conduzida uma inquirição sobre qual das versões remanescentes poderia ser vista como a mais autorizada. A complexidade do problema pode ser ilustrada por dois factos assinalados pelos editores: depois de 1774, ano em que Cruz e Silva terá tomado a iniciativa de fazer uma versão de 8 cantos, a versão de 7 cantos continua a circular (p. XLVI); a forma do texto só se estabilizou com a primeira publicação impressa, datada de 1802 (p. LXIII). A decisão tomada pelos editores quanto ao texto-base não é afectada, creio, por estes dados. Cruz e Silva talvez não tenha tomado a versão de 8 cantos como definitiva, no sentido em que não terá feito diligências para retirar de circulação versões alternativas. Mas esta «omissão» não significa que não se possa ver (deve mesmo ver-se) na redacção de 8 cantos a única forma «materialmente» autorizada por Cruz e Silva à luz do que podemos saber hoje. Por outro lado, se bem que a forma textual se tenha estabilizado a partir da edição *princeps*, esta é uma consequência compreensível da publicação impressa, cujo texto, de resto, o autor já não pôde

controlar pois faleceu três anos antes da sua vinda a lume.

Não sendo possível proceder a uma análise miúda das escolhas editoriais no plano do estabelecimento do texto, interessa talvez assinalar uma diferença sensível entre a avaliação de lições divergentes defendida por Francisco Rico e a prática levada a cabo por Ana Maria Garcia Martín e Pedro Serra. Afirmam os editores d' *O Hissope*: «respeitamos as lições do ms. *A1* sempre que não reproduzam erros evidentes que impeçam a interpretação do texto. Perante essa situação, e depois de ter cotejado convenientemente com a lição dos restantes mss. seleccionados, interviemos no ms. base emendando uma eventual lição (...)» (p. CLXIV). Ora, este princípio de actuação é algo conservador na medida em que o trabalho editorial, no que à emenda diz respeito, ganha em incidir sobre erros que não são evidentes. Por isso, Francisco Rico advoga que todas as lições sejam sopesadas sem que seja sobrecarregada a preferência concedida ao testemunho portador do texto-base (igualmente por isso a edição que dirigiu do *Quijote* consagra a autoridade de testemunhos muito diferentes em diferentes lugares do texto).

Gostaria, finalmente, de chamar a atenção para a importante decisão de incluir neste trabalho as informações provenientes do ms. 3143 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, que contém as «Observações polyhísticas ao hisope...» atribuídas a um

«Verissimo Philocrúz», na verdade Bernardo Xavier Sacchetti, amigo do autor e copista do volume. Estas «Observações» constituem a mais desenvolvida recepção, sob a forma de anotações, contemporânea do poema. Em plano semelhante, contribui para uma compreensão melhor da recepção do texto no tempo a reprodução da série de 31 desenhos e gravuras que ilustram a edição de José Ramos Coelho, de 1879.

Dado o antes exposto, estamos na presença de um trabalho indispensável para o conhecimento da história da escrita, do texto e da recepção d'*O Hissope*.

João Dionísio

**TRAVAUX DE LITTÉRATURE:
LA SPIRITUALITÉ DES ÉCRIVAINS
OLIVIER MILLET (Dir.)
(vol. XXI), Genève, Droz, 2008**

Destinada a promover e difundir a investigação no campo dos estudos literários, a associação internacional ADIREL atingira, em 2007, as duas dezenas de volumes temáticos dos seus *Travaux de Littérature*. Em Setembro último, deu a lume, sobre o tema da espiritualidade dos escritores, a obra *La Spiritualité des Écrivains*, vol. XXI (542p.), Droz, Genève, 2008.

Sem privilegiar de forma alguma os livros ditos de espiritualidade, este volume não deixa de abrir com um magistral estudo consagrado a Gautier

de Coinci, autor medieval que ilustra o sentido primeiro da noção de espiritualidade, mas que também revela a sua conjugação com a arte. Invocada por uns, contestada por outros, ou simplesmente recusada, a noção de espiritualidade reaparece frequentemente nestes estudos; designando normalmente a qualidade do que é espírito ou alma, faz deles um princípio irredutível à materialidade do mundo sensível. Possui, naturalmente, significações próprias na tradição cristã, seja do ponto de vista institucional, seja hermenêutico, como deixam claro, por exemplo, os estudos consagrados a Gautier de Coinci ou a reflexão de C. Bourgeois sobre «as relações entre poesia e espiritualidade». Mas a maior novidade destas reflexões surge, não sem alguma provocação, por uma espécie de inversão operada: com efeito, mais do que o sentido espiritual «objectivo» dos textos sagrados, dogmaticamente estabelecido, são aqui abordadas as mais diversas formulações de uma transcendência poética, desligada de qualquer crença: «a rejeição do sagrado em Philippe Jaccottet; a heterodoxia de Saint-Pol-Roux com a sua poética do Verbo imanente e transcendente»; e tantas outras que, de forma provocadora, misturam, numa escrita reinventiva, metafísica, teologia, poesia, ciência, escatologia.

A ordem cronológica dos estudos apresentados deixa transparecer que, da Idade Média aos nossos dias, a espiritualidade foi uma questão permanente na Literatura; e se é simplesmente ob-